

ESTABILIDADE OU CRESCIMENTO – O PRINCIPAL DILEMA DA ECONOMIA BRASILEIRA.

Neio Lúcio Peres Gualda¹

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir o recente debate da economia brasileira referente ao dilema entre crescimento e estabilidade. A partir de um quadro teórico analítico construído pela contraposição das opiniões daqueles que defendem um crescimento mais acelerado e aqueles que receiam que tal estratégia pode comprometer a estabilidade econômica alcançada, foi possível compreender toda a problemática que envolve a implementação de políticas econômicas que privilegiem um programa de crescimento sustentável. As discussões desenvolvidas permitiram concluir que se trata de um falso dilema, já que a estabilidade é condição necessária ao crescimento de longo prazo e que os verdadeiros obstáculos a um crescimento mais acelerado decorrem das restrições estruturais da economia brasileira.

Palavras Chaves – crescimento econômico, estabilidade, sustentabilidade, economia brasileira.

Abstract

This article's objective is discussing the recent debate on the Brazilian economy regarding the dilemma between growth and stability. By building an analytic theoretical picture that compares the opinions of those that defend a more accelerated growth and those that fear that such strategy can affect the economic stability reached, it was possible to understand the whole problem that involves the implementation of economic policies that privilege a program of sustainable growth. The discussions developed along the text drive to the conclusion that the issue is a false dilemma, since stability is the necessary condition to a long

economic growth period and that the true obstacles to a more accelerated growth come from the structural restrictions of the Brazilian economy

Key words - economic growth, stability, sustainability, brazilian economy.

Introdução

Os debates recentes sobre o futuro da economia brasileira destacam o seu principal dilema para a segunda metade desta primeira década do século XXI: crescer de forma acelerada para assegurar os avanços obtidos ou, crescer de forma moderada para, justamente, não comprometer a estabilidade econômica alcançada.

Se, por um lado, há certo consenso dentro do pensamento econômico de que não há fórmulas mágicas que assegurem crescimento acelerado e ao mesmo tempo sustentável, por outro, o desempenho recente de algumas economias emergentes, como China, Índia, Rússia, entre outras, ofuscam os resultados alcançados pela economia brasileira nos últimos anos, que priorizou a estabilidade econômica em detrimento a um programa de desenvolvimento econômico-social.

A priorização de políticas fiscais e monetárias que privilegiam a estabilidade econômica em detrimento de políticas econômicas voltadas para um crescimento mais acelerado tem gerado insatisfação de vários segmentos da sociedade brasileira². A crítica centra-se no quadro macroeconômico atual de juros altos, carga tributária excessiva, câmbio valorizado, carência de investimentos e de infra-estrutura, que se-

ria prejudicial ao o desenvolvimento do país.

“Ao longo dos últimos 20 anos faltou clareza aos vários governos do Brasil em relação às condições necessárias para realizar um projeto de desenvolvimento e, por este motivo, a gestão da economia tem privilegiado a estabilidade da moeda em detrimento da produção e do emprego”. (FIESP, 2005, p. 1).

Diante de tal problemática este artigo busca discutir o dilema entre crescimento e estabilidade na economia brasileira, a partir das posições divergentes entre aqueles defendem a implementação de políticas voltadas para um crescimento mais acelerado da economia brasileira, contra aqueles que receiam que tais políticas podem comprometer a consistência dos fundamentos macroeconômicos.

Para que tal objetivo fosse alcançado buscou subsídios nas discussões teóricas acerca da relação entre crescimento e estabilidade, a partir de algumas características do processo de crescimento das economias capitalistas. Após a fundamentação teórica procurou compreender os obstáculos ao crescimento sustentável da economia brasileira levando em conta as implicações de políticas econômicas antagônicas, decorrentes das interdependências de algumas variáveis macroeconômicas e de seus canais de transmissão.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção tem como objetivo contextualizar o dilema entre crescimento e estabilidade. Na seção seguinte são discutidas algumas caracte-

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

² Dentre os mais recentes destaca-se o “Manifesto pelo Desenvolvimento do Brasil” lançado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pelo Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) no encerramento do Seminário Internacional “Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento”, realizado em 28 de novembro de 2005, em São Paulo.

terísticas do processo de crescimento econômico, como a regularidade, a instabilidade e a sustentabilidade. Na terceira seção são avaliados os riscos do crescimento acelerado à estabilidade da economia brasileira. Na última seção são apresentados alguns requisitos para o crescimento sustentável, com destaque para as restrições da economia brasileira para atendê-los. A conclusão do trabalho aponta que é falso o dilema analisado, já que a estabilidade é condição necessária ao crescimento sustentável e que os verdadeiros obstáculos a um crescimento mais acelerado decorrem das restrições estruturais da economia brasileira.

Crescimento versus estabilidade

Este dilema não é novo na teoria econômica, tendo ocorrido de forma mais acirrada nos anos de 1960, sobretudo entre economistas e formuladores de políticas econômicas da América Latina. De um lado há os que argumentam que o forte direcionamento das políticas econômicas ao controle da inflação é prejudicial às possibilidades de crescimento econômico. De outro, existem aqueles acreditam que se as condições macroeconômicas não apresentarem equilíbrio estável não é aconselhável a implementação de programas de crescimentos acelerados.

Apesar da controvérsia, muitos o julgam um falso dilema, uma vez que a estabilidade econômica é pré-condição para o crescimento sustentável. Para Carneiro (1999), tais dilemas são "hoje reconhecidamente temporários e desprovidos de conteúdo capaz de orientar as políticas econômicas" (p.1).

Dentre os poucos consensos existentes em matéria de política econômica, pode-se destacar a concepção de que a estabilização econômica cria condições necessárias, porém não suficientes, para o crescimento sustentável. Configura-se como um ambiente de estabilidade econômica um conjunto de resultados favoráveis que assegurem o bom desempenho dos fundamentos macroeconômicos, dentre os quais podem ser destacados:

- estabilidade de preços;
- equilíbrio fiscal do setor público;

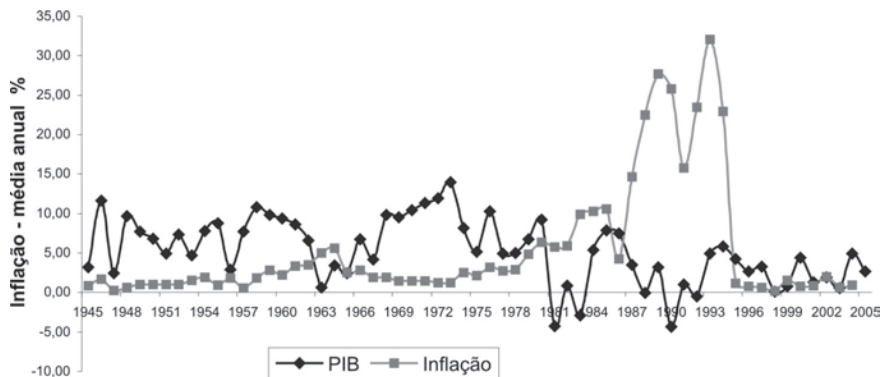


Figura 1 – Crescimento econômico e inflação 1945 - 2005

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

- taxa de câmbio real de equilíbrio estável;
- saldo positivo em transações correntes;
- entrada líquida de capitais externos;
- relação dívida/produto baixa e estável.

Além do ambiente estável, para o crescimento sustentável são necessárias outras condições, tais como:

- taxa de juros indutora dos investimentos produtivos;
- fluxo contínuo de geração de poupança interna;
- crescimento continuado do nível de atividade econômica;
- redução persistente da taxa de desemprego;
- ganhos crescentes de produtividade;
- melhoria perene do bem estar social;
- distribuição equitativa da renda.

A manutenção deste cenário de estabilidade num ambiente de crescimento econômico sustentável é o principal desafio colocado aos gestores das políticas econômicas e a gênese das controvérsias entre as possibilidades de coexistência harmônica entre crescimento e estabilidade econômica.

A questão central deste dilema está na crença por parte de alguns economistas e formuladores de políticas econômicas, que é possível obter um crescimento econômico mais acelerado a partir de políticas

monetárias "frouxas". Milton Friedman e seus seguidores³, demonstraram que a política monetária não é eficaz para assegurar o crescimento de forma perene, pois avanços de curto prazo se transformariam em comprometimentos de longo.

Outro dogma da teoria econômica que estimula tal dilema é a relação prevista na curva de Phillips⁴, de que um nível de desemprego menor poderia ser associado a uma taxa de inflação mais elevada. Entretanto, as diversas verificações empíricas realizadas demonstraram que tal relação não é de ocorrência pacífica na maioria das economias. No Brasil tal relação já foi objeto de vários estudos, não sendo encontrada evidências empíricas da ocorrência da mesma. Os dados da figura nº 01 mostram que no caso da economia brasileira os períodos onde vigoraram as maiores taxas de inflação ocorreram as menores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

No período entre 1948 a 1979 a economia brasileira cresceu a uma taxa aproximada de 5,0% ao ano com uma inflação média mensal inferior a 5,0%. A partir de 1980 ocorre forte aceleração inflacionária acompanhada de intensa instabilidade do crescimento do produto. Desde de 1995 os esforços de estabilização conseguiram manter a inflação em patamares baixos, porém o crescimento passou a apresentar um comportamento *Stop and go* (Ver figura 1).

³ Dentre os quais podem ser destacados Prescott (1988 e 1991) e Lucas (1988 e 2002).

⁴ Investigação realizada pelo economista A. W Phillips que verificou a relação entre o desemprego e a taxa de variação dos salários no Reino Unido entre 1861 e 1957, constando a existência de uma correlação negativa entre a taxa de desemprego e a taxa de inflação.

Crescimento, regularidade, instabilidade e sustentabilidade

Os dados históricos referentes ao desempenho dos países capitalistas após a revolução industrial permitem inferir que o crescimento econômico é um fenômeno quase que natural em tal modo de produção. Mesmo que, no curto prazo, tal processo seja marcado por flutuações cíclicas de variações positivas ou negativas do nível de produção, no longo prazo prevalece a tendência positiva do crescimento econômico.

Apesar desta característica marcante, o crescimento econômico é um processo complexo, de difícil compreensão e sistematização teórica. Verificar se o crescimento econômico ocorrido em determinado período de tempo retratada uma tendência de longo prazo, ou a trajetória positiva de uma flutuação cíclica, constitui-se em intrigante exercício de análise econômica.

Entre a regularidade de longo prazo, apresenta-se a instabilidade de curto prazo, que pode comprometer sua sustentabilidade. Para Conceição (2002)

Isto implica reconhecer que crescimento não é redutível apenas a aumentos no produto per capita, mas decorre da manifestação de um processo dinâmico com fases sucessivas de início, meio e fim, intermediadas por mudanças, transformações ou mutações no nível da atividade produtiva (p.2).

A crença do pressuposto da regularidade do processo de crescimento está presente na ciência econômica desde os seus primórdios. Adam Smith o considerava como uma consequência natural. Como resultado do conjunto de ações dos agentes econômicos, que ao buscarem ampliar suas riquezas tornariam suas nações mais ricas (Gualda, 1995).

A partir das idéias de Smith a questão sobre a regularidade do crescimento foi abordada por diversos autores. Nas discussões sobre desenvolvimento econômico ocorridas em meados do século passado, pode-se citar as etapas de Rostow (1961)⁵. Ou os esforços dos nekeynesianos para superar as limitações impostas pelas trajetórias explo-

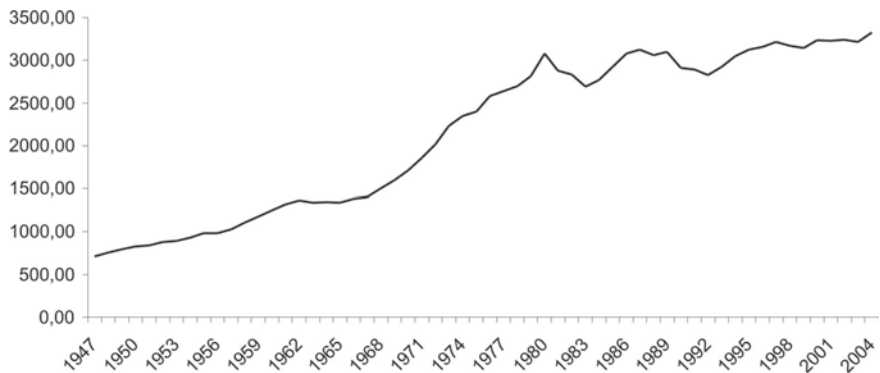


Figura 2 – Produto per capita - 1947/2005 (em US\$ 2004)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

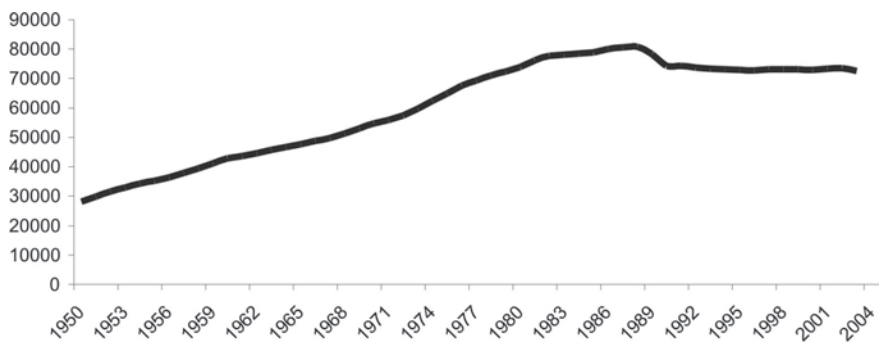


Figura 3 – Relação estoque de capital físico por trabalhador – 1950/2004

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

sivas, impostas pelo aumento da relação capital/produto, assumindo as condições de *steady state*, com convergência natural ao equilíbrio ótimo. Para os objetivos de nosso trabalho cabe destacar o trabalho de Kaldor (1957) que apontou cinco regularidades⁶:

- i) o produto *per capita* cresce com o decorrer do tempo e sua taxa de crescimento não tende a diminuir;
- ii) o estoque de capital físico por trabalhador cresce com o passar do tempo;
- iii) a taxa de retorno do capital é aproximadamente constante;
- iv) a razão capital/produto é estável no tempo;
- v) as participações das rendas do capital e do trabalho na renda

total não tendem a se alterar com o passar do tempo;

Com exceção da razão capital/produto que é crescente ao longo do tempo, os demais pressupostos são de fácil verificação empírica para a economia brasileira até meados da década de oitenta do século passado, como pode ser observado nas figuras abaixo. Porém, a partir de 1985 a economia deixa de apresentar tal regularidade de longo prazo. A participação da renda do capital cresce em detrimento da participação da renda do trabalho. A taxa de crescimento do produto *per capita* perde dinamismo e a relação estoque de capital físico por trabalho é reduzida, impondo forte instabilidade ao crescimento econômico⁷.

⁵ Para Rostow (1961) todos os países seguiram a mesma trajetória de crescimento, marcada por cinco etapas: i) a sociedade tradicional; ii) pré-condição para o arranco; iii) o arranco; iv) a marcha para a maturidade; e v) a era do consumo em massa. Para o autor todas as economias eram dirigidas para o mesmo destino, que está constituído pela etapa de consumo em massa.

⁶ Em seu trabalho original Kaldor (1957) elencou seis regularidades, embora a sexta – “a taxa de crescimento dos diversos países divergem substancialmente”, não reflita uma condição de regularidade.

⁷ A instabilidade do crescimento do produto a partir de 1980 é facilmente observada na figura 1.

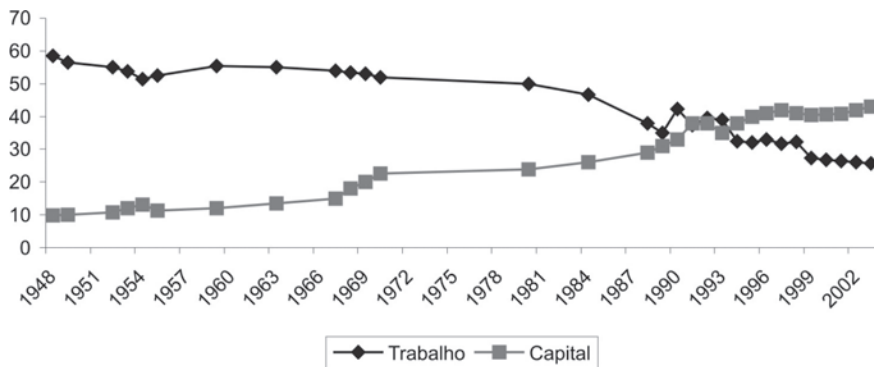


Figura 4 – Participação das rendas do capital e do trabalho na renda total – 1948-2003

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE, Dieese e Ipeadata.

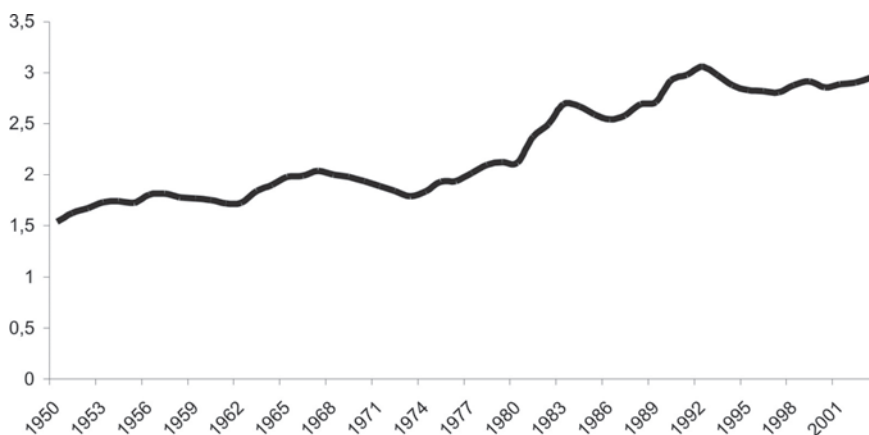


Figura 05 – Razão capital/ produto – 1950-2003

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ipeadata.

Pode-se atribuir a esta instabilidade os receios de alguns formuladores de política econômica quanto a possibilidade de se implementar políticas que visem um crescimento mais acelerado, sem que haja comprometimento das condições de estabilidade vigentes na economia.

Não são infundados tais receios já que a instabilidade representa outra importante característica do crescimento econômico⁸. Sua presença na economia brasileira é objeto de vários estudos, dentre os quais destaca-se o de Carneiro (1999) que ao estudar o crescimento econômico e a instabilidade no Brasil, concluiu *que a instabilidade tem sido reconhecidamente um fator maior de inibição do crescimento* (p.1). Para o autor um ambiente de instabilidade faz com que o cálculo econômico fique sujeito a er-

ros em magnitudes tal que comprometem a racionalidade econômica.

No Brasil, além das taxas de juros elevadas e voláteis, que deprimiram os investimentos, a alternância de grandes desvalorizações e valorizações da moeda, associadas a inflações elevadas, conferiram extrema insegurança à tomada de decisão, impondo freqüentes postergações aos investimentos produtivos e comprometendo as possibilidades de processo duradouro de crescimento econômico.

A instabilidade cambial e da taxa de juros – permanentemente sub-

metidas às tensões que derivam das avaliações dos agentes de mercados financeiros e de capitais – não permitem a execução de políticas de crescimento” (BELLUZZO & CARNEIRO. 2004, p. 7).

A instabilidade verificada na economia brasileira nos últimos vinte anos teve como principal causa as sucessivas experiências de controle da inflação focadas na contração da demanda interna, que conferiram ao crescimento um efeito *stop-and-go* – marcado por uma sucessão de paradas seguidas por retomadas da atividade econômica.

A maioria dos modelos teóricos mostra que o crescimento sustentável requer um processo de acumulação de capital que assegure a contínua expansão do estoque de capital fixo e amplie a capacidade produtiva do país, aumentando seu produto potencial. Ao alcançar tal performance o país reduz o risco de inflação decorrente de pressões de demanda e do aumento do nível de atividade econômica.

A evidência empírica mostra que a economia brasileira, ao longo de sua história, conseguiu contemplar vários dos requisitos do crescimento sustentável. Ao longo de mais de um século (1870/1986), a economia brasileira cresceu à maior taxa média do mundo (4,4% ao ano), que foi também a segunda, após o Japão, em termos de crescimento da renda per capita (2,1% ao ano para o Brasil, contra 2,4% no Japão). No pós-guerra, houve dois ciclos de forte crescimento. No primeiro, de 1946 a 1961, à taxa anual de 7,1%; no segundo, de 1967 a 1980, à taxa de 8,3% ao ano. Na média, de 1946 a 1980, foram 7% ao ano. Na década seguinte, entretanto, o crescimento foi bem mais modesto, de apenas 0,8% per capita ao ano. E na última década do século, 0,2%⁹.

Apesar desta fantástica performance histórica, nas duas últimas décadas a economia brasileira estag-

⁸ A questão do desenvolvimento desequilibrado foi estudada, originalmente, pelos clássicos trabalhos de Hirschman (1958), Myrdal (1962) e Perroux (1956).

⁹ Dados apresentados no “Manifesto Pelo Desenvolvimento do Brasil” lançado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pelo Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) no encerramento do Seminário Internacional “Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento”, realizado em 28 de novembro de 2005, em São Paulo.

nou e passou a ter crescimento medíocre, com uma média de apenas 2,4%. Autores como Belluzzo & Carneiro (2004), atribuem tais resultados ao modelo liberal de gestão implementado neste período, que assume a estabilidade não apenas como condição necessária, mas suficiente para o crescimento.

Taxas de crescimento do PIB da ordem de 2% aa e com grande variabilidade, associadas ao crescimento continuado da taxa de desemprego aberto e ao declínio sucessivo do rendimento medial real desde de 1998 atestam o fracasso desse modelo de crescimento (BELLUZZO & CARNEIRO, 2004, p.2)

Os riscos do crescimento acelerado à estabilidade

O fraco crescimento da economia brasileira nos últimos vinte anos, principalmente quando comprado a outras economias similares, tem motivado várias discussões quanto a necessidade de se implementar políticas econômicas que privilegiem um crescimento mais acelerado. Para muitos analistas a consistência de nossos fundamentos macroeconômicos garantiria as bases necessárias para a implementação de políticas que visem o aumento dos investimentos produtivos, da taxa de poupança e da redução das desigualdades sociais.

Para outros a exploração dessa possibilidade depende da manutenção das políticas que priorizam a estabilidade econômica, pois a volta da inflação poderia comprometer toda a estabilidade alcançada. As últimas décadas do século passado mostraram que o crescimento econômico acompanhado de altos índices de inflação traz conseqüências negativas ao crescimento de longo prazo¹⁰.

Dentre aqueles que advogam a necessidade de políticas econômicas que propiciem um crescimento mais acelerado há consenso que a redução da taxa de juros proporcionaria um incremento da absorção interna, o que levaria ao aumento da atividade econômica. Com taxas de juros reais menores, haveria maior preferência pela liquidez, o que permitiria um aumento da oferta monetária, o que contribuiria para a des-

“ ... a economia brasileira encontra-se em um ambiente macroeconômico paradoxal, no qual as políticas econômicas ortodoxas mostram-se antagônicas ao crescimento econômico... ”

valorização da moeda nacional, estimulando exportações. O aumento das exportações ampliaria o saldo comercial e beneficiaria o nível da atividade econômica.

Os que defendem a estabilidade como principal objetivo das políticas econômicas, vêm riscos em tal proposta. Primeiro porque avaliam que o aumento das exportações num contexto de forte inelasticidade da oferta interna, pode restringir a absorção interna e não aumenta-la, já que a depreciação cambial acarretará redução do poder de compra dos salários, restringindo o consumo e fazendo com que o aumento das exportações seja obtido a partir da redução da absorção interna. De resto, há risco de pressão inflacionária decorrente tanto do aumento da quantidade de moeda em circulação, quanto da elevação dos custos dos insumos importados.

Na verdade a economia brasileira encontra-se em um ambiente macroeconômico paradoxal, no qual as políticas econômicas ortodoxas mostram-se antagônicas ao crescimento econômico. A estratégia de implementar um programa de crescimento a partir da combinação do aumento dos gastos privados e públicos pode colocar em risco a estabilidade de alguns fundamentos macroeconômicos. O aumento do gasto privado, em especial do consumo

das famílias, através da expansão do crédito ou da massa salarial provocaria um choque de demanda, causando aumento da inflação e da taxa de juros. A elevação da taxa de juros comprometeria o nível dos investimentos, outro componente do gasto privado. Logo o efeito decorrente aumento do consumo das famílias seria anulado pela queda dos investimentos, o que traria conseqüências de longo prazo, pois afetaria negativamente o produto potencial.

Um programa de ampliação dos gastos públicos também encontra obstáculos de difícil superação. O resultado imediato de tal política seria a redução do superávit primário, com efeitos sobre a relação dívida pública/produto. O aumento desta relação impõe forte restrição ao crescimento de longo prazo, pois impede a redução da taxa de juros, além de exigir uma carga tributária maior para o financiamento dos gastos do governo. Os resultados de tal estratégia são mais comprometedores em economistas com elevado endividamento público, como a brasileira, na qual a elevação do déficit público agrava ainda mais a capacidade de poupança doméstica.

Por outro lado, o esforço fiscal que constitui em importante âncora à estabilidade econômica, apresenta forte contradição intrínseca. Ao mesmo tempo que contribui com o crescimento de longo prazo, o compromete. Para obter os superávits que asseguram a redução da relação Dívida/Produto, condição necessária ao crescimento de longo prazo, reduz gastos em infra-estrutura básica, inovação tecnológica, educação, e promoção social, entre outros, o que compromete a sustentabilidade de longo prazo.

O aspecto mais criticado da atual política monetária é a manutenção de elevadas taxas de juros para conter a demanda interna e, conseqüentemente, segurar a inflação. Tal prática não obtém os resultados desejados em economias com forte concentração de mercados, onde os setores oligopolizados são pouco sen-

¹⁰ Os dados da figura nº 1 mostram que nos períodos onde vigoraram taxas de inflação elevada, ocorreram as menores taxas de crescimento do PIB.

síveis à restrição da demanda. São necessária taxas de juros extremamente elevadas para se obter alguma contração do consumo das famílias. Dentre os componentes da demanda interna, apenas os investimentos são afetados pelos juros altos, o que faz com as políticas de estabilização imponham custos sociais elevados.

Ao analisar o papel das políticas monetárias no crescimento econômico, Lima (2004), avaliou os efeitos de uma política monetária que contemplasse a redução da taxa de juros via expansão da emissão de moeda, constatou que:

Tentativas de se acelerar o crescimento do PIB por meio da redução da taxa de juros e de depreciações cambiais, sem correspondência nos fundamentos econômicos, tende apenas a produzir a aceleração da inflação, com conseqüente aumento do prêmio de risco (LIMA, 2004. p. 14).

O autor conclui que a política monetária expansionista não constitui uma estratégia de crescimento em si, já que o principal objetivo da política monetária não é promover o crescimento, mas propiciar um ambiente macroeconômico estável ao mesmo.

Na verdade é que não existem soluções monetárias e fiscais isoladas para o problema do crescimento econômico. Aceitar uma inflação mais elevada para obter um crescimento mais rápido no curto prazo implicaria numa taxa de juros mais alta no futuro, o que inibiria os investimentos e comprometeria o crescimento de longo prazo¹¹.

As discussões precedentes mostram que nas economias que apresentam fortes fragilidades infra-estruturais, associadas a elevado endividamento do setor público sempre haverá contradições na definição de políticas para a taxa de câmbio, de juros, inflação e crescimento econômico.

Em síntese pode-se argumentar que o quadro macroeconômico brasileiro faz com que as políticas voltadas para o crescimento econômico tenham possibilidade de aplicação muito limitada, face às restrições impostas pelas condições de sua estabilidade.

Requisitos para o crescimento sustentável

Para a implementação de um processo de crescimento sustentável é necessário avaliar algumas questões estruturais da economia brasileira, como a baixa taxa de poupança, o deficiente nível de investimentos, o ambiente institucional desfavorável aos investimentos, e a ineficiência do Estado entre outros.

A manutenção de um processo de crescimento de longo prazo sustentável depende diretamente do volume de investimentos, cujo nível mínimo necessário é determinado pela magnitude da relação capital/produto¹². Quanto maior esta relação, maior a necessidade de investimentos. Verificamos anteriormente que esta relação é crescente na economia brasileira (figura nº 5), o que impõe a necessidade de um nível de investimento crescente. Contudo, o nível de investimento da economia brasileira, além de se situar em patamares inferiores a necessidade mínima, apresenta um comportamento instável, constituindo numa das principais causas para o comportamento cíclico do Produto Interno Bruto (PIB). Isto impede a implementação de políticas econômicas que visem um crescimento acelerado e sustentável.

Ao estimar a necessidade mínima de investimento que assegure uma taxa de crescimento econômica de longo prazo estável, Lima (2004), constatou que o aumento da relação capital/produto implica em:

[...] crescentes exigências de capital para a repetição do mesmo crescimento do PIB pode decorrer, entre outros fatores, do patamar cada vez mais elevado de bens e serviços produzidos por uma economia. Com um volume de bens e serviços produzidos pela economia em patamar cada vez mais elevado, para se continuar crescendo no

futuro às mesmas taxas do passado são necessários investimentos cada vez mais elevados, mesmo com os ganhos de produtividade. Em outras palavras, são necessários investimentos marginais crescentes para se atingir a mesma taxa de crescimento do produto de anos anteriores. (LIMA, 2004. p.3)

A fonte básica de financiamento dos investimentos é a poupança agregada. A baixa relação Poupança/Produto Interno Bruto pode ser apontada com um das principais responsáveis pelos juros elevados na economia brasileira, o que provoca uma tendência crônica de excesso de demanda, provocando pressão inflacionária¹³. O atual quadro macroeconômico tende a agravar esta restrição. A poupança doméstica é impactada negativamente em decorrência dos elevados encargos do serviço da dívida pública e a poupança externa é reduzida em razão dos saldos positivos em transações correntes¹⁴. Para que não haja comprometimento da taxa de crescimento econômico, é necessário que poupança doméstica compense a redução da poupança externa. Neste ponto reside um dos principais condicionantes do crescimento sustentado. A remuneração média do trabalho é muito baixa (a figura 04 mostra a perda participação da renda do trabalho na renda total), o que restringe a possibilidade de aumento da poupança doméstica, sem que haja sacrifício do consumo das famílias. Pelo lado do setor público, todo o resultado obtido com o esforço fiscal é absorvido com o serviço da dívida pública, o que compromete diretamente os investimentos infra-estruturais.

São inúmeras as evidências empíricas que apontam que um maior volume de poupança constitui num dos mais importantes pilares de um processo de crescimento sustentável:

¹¹ Os dados da figura 01 mostram tal evidência para a economia brasileira.

¹² Lima (2004), a partir do modelo RMSM-X, estimou a necessidade de investimento para diferentes taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, considerando diferentes taxas de relação capital/produto.

¹³ No Brasil a taxa de poupança e investimento situam-se há muitos anos em torno de 20%. Na China, a taxa de investimento é de 45% do PIB, enquanto a taxa de poupança chega a 50%.

¹⁴ O saldo negativo em transações correntes é a forma de apropriação da demanda externa pelo país, uma vez que seu financiamento se dá através da entrada líquida de capitais externos.

[...] uma taxa de poupança maior eleva a taxa de crescimento do produto, uma elevação da taxa de crescimento pode também aumentar a poupança bruta da economia. Este resultado indica a existência de um círculo virtuoso entre poupança, investimento e crescimento. Isto abre espaço não somente para a formulação de políticas que aumentem a poupança total, mas também para políticas voltadas especificamente para o crescimento, como o desenvolvimento tecnológico (IBRE, 2001).

O atual quadro macroeconômico brasileiro indica que são enormes as dificuldades de se elevar a poupança agregadas nos próximos anos, uma vez que a poupança pública e a poupança externa não terão muito espaço para crescer.

Outros requisitos importantes para um processo de crescimento rápido são os aumentos de produtividade, a existência de instituições que favoreçam o desenvolvimento dos mercados, a ação eficiente do Estado e os investimentos em inovação tecnológica.

O ambiente institucional com estímulo ao investimento e a produção é condição fundamental para um processo de crescimento sustentável. A existência de um marco regulatório com regras estáveis e de aplicação efetiva são imprescindíveis tanto para o eficiente funcionamento dos mercados, quanto para a implementação das políticas públicas.

Associado a um ambiente institucional mais favorável às condições de crescimento estável, está a definição do papel e do tamanho do estado na economia. Estado grande e ineficiente requer elevado esforço para o seu financiamento, quer através de elevada carga tributária ou endividamento crescente, impondo pesado custo à sociedade e constituindo em forte restrição aos investimentos privados. Cabe ao Estado assegurar condições institucionais favoráveis para o exercício competitivo da produção e da equidade distributiva, através da preservação da estabilidade de preços e de políticas cambial, tributária e de taxa de juros adequadas ao investimento e à produção.

Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação se tornaram fatores-chave para o crescimento econômico de longo prazo, por abrangerem as despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D), com *softwares* e educação superior. O desenvolvimento de novas tecnologias na atividade produtiva contribuem para ampliar a produtividade, constituindo num dos principais requisitos ao crescimento sustentável, propiciando geração de emprego e melhoria no padrão de vida da sociedade.

Toda importância e relevância dos investimentos em educação para o crescimento econômico encontra-se nos trabalhos de Romer (1986 e 1987) que desenvolveu o modelo básico da “Nova Teoria do Crescimento”. A principal tese desta nova teoria é que o conhecimento afeta a produtividade do trabalho. Segundo esta teoria quanto maior o conhecimento acumulado em uma sociedade maiores são suas possibilidades de crescimento, face a maior produtividade de seus fatores físicos de produção¹⁵.

Conclusão

Dentro do quadro teórico analítico construído constata-se, em primeiro lugar, que é falso o dilema entre estabilidade e crescimento, já que a estabilidade é condição necessária ao crescimento sustentável e que os obstáculos a um crescimento mais acelerado da economia brasileira decorrem de restrições estruturais.

Os riscos à estabilidade de um crescimento mais acelerado decorrem das fortes fragilidades infra-estruturais, associadas ao elevado endividamento do setor público, que fazem com que surjam inúmeros antagonismos entre as políticas econômicas para a taxa de câmbio, de juros, inflação e crescimento.

A instabilidade e o baixo crescimento verificados na economia brasileira nos últimos vinte estão associados a ausência dos pré-requisitos necessários ao crescimento sustentável, como o volume de poupan-

ça insuficiente para assegurar o nível de investimento mínimo necessário e um ambiente institucional desfavorável aos investimentos produtivos

Outra conclusão importante é que o comportamento *stop and go* verificado nos últimos anos na economia brasileira, contraria a lógica do processo de crescimento sustentável, que requer regularidade de longo prazo sem mudanças bruscas e acentuadas das taxas anuais de crescimento do produto.

Finalmente, pode-se inferir que as atuais políticas econômicas implementadas no país, cujas transmissões decorrem de juros elevados e câmbio sobrevalorizado, combinadas com alta carga tributária, infraestrutura precária e com poucos investimentos não favorecem a construção de ambiente favorável à implementação de um programa de crescimento sustentável de longo prazo.

Referências

- BELLUZZO, L.G. & Carneiro, R. (2004). Bloqueios ao Crescimento. **Políticas Econômicas em Foco**, nº 3, Unicamp. Campinas, Jan/abr.
- CARNEIRO, R. (2005). As Fragilidades do Crescimento. **Política Econômica em Foco**. Nº 5, Unicamp. Campinas. nov/2004abr/2005.
- CARNEIRO, R. (2005). As Fragilidades do Crescimento. **Política Econômica em Foco**. Nº 6, Unicamp. Campinas. mai/out/2005.
- CONCEIÇÃO, A.C. (2002). A Relação entre Processo de Crescimento Econômico, Mudança e Instituições na Abordagem Institucionalista. PPGE/UFRGS, mimeo.
- CARNEIRO, D.D. (1999). Crescimento Econômico e Instabilidade no Brasil. **Texto para Discussão** nº 410. PUC-RJ, Rio de Janeiro, dez.
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (2005). **Manifesto pelo Desenvolvimento do Brasil**. In: Seminário Internacional “Industrialização, Desindustrialização Industrial. São Paulo, 28/11/2005. www.fiesp.com.br. Acessado em 14/01/2006).
- GUALDA, N.L.P. (1995). O Esgotamento da Teoria do Desenvolvimento Econômico

¹⁵ Também deve-se a Lucas (1988) importante contribuição a esta nova teoria do crescimento econômico, que colocou o conhecimento como o principal fator de produção.

co. **Texto Para Discussão n° 195.** Maringá. Programa de Mestrado em Economia. Universidade Estadual de Maringá.

HIRSCHMAN, A. O. (1958) **Estratégia do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. (2005). **II Fórum de Economia.** São Paulo. www.ied.org.br. Acessado em 16/01/2006.

IBRE – Instituto Brasileiro de Economia (2001). **Perspectivas de Crescimento Econômico Para O Brasil, Seus Fatores Limitadores E Impactos Sociais.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mimeo.

JONES, Charles. (2000). **Introdução à teoria do crescimento econômico.** Rio de Janeiro: Campus.

Kaldor, N. (1957). "A Model of Economic Growth". *Economic Journal*, Vol. 67.

LIMA, L.A.F. (2004) Condicionantes para o crescimento sustentado. **Comentário Temático.** Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos, Bando Bradesco. www.economiaemdia.com.br/pdf/producao/COMENT_06_08_04. Acessado em 15/01/2006.

LIMA, L.A.F. (2004) O Papel da Política Monetária no Crescimento Econômico. **Revista FAE Business.** n° 9, setembro.

Lucas, R.E (1988). On the Mechanisms of Economic Development. **Journal of Monetary Economics.** Vol. 22.

Lucas, R. E. (2002). **Lectures on Economic Growth.** Cambridge, Harvard University Press.

MYRDAL, G. (1972) **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** 3ª edição. Rio de Janeiro Saga.

PERROUX, F. (1975) O Conceito de Pólo de Desenvolvimento. In: *SPERIDIÃO &*

FAISSOL – Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro. IBGE.

PRESCOTT, E. (1988) Robert M. Solow's Neoclassical Growth Model: An Influential Contribution to Economics. **Scandinavian Journal of Economics.** n° 90, p. 7-12.

PRESCOTT, E. (1991) Real Business Cycle Theory: What Have We Learned. **Revista de Análisis Econômico.** vol. 6, n° 3. nov.

ROMER, Paul M., (1986) Increasing returns and long-run growth", **Journal of Political Economy**, 94, 5 (October), 1002-1037.

ROMER, Paul M., (1987) Growth based on increasing returns due to specialization, **American Economic Review**, 77, 2 (May), 56-62.

ROSTOW, W.W. (1961) **Etapas do Desenvolvimento Econômico** (um manifesto não comunista), R.Janeiro. Zahar.

CEDRE

CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O CEDRE realiza estudos e pesquisas, elabora projetos e presta consultoria nas áreas de:

- **ECONOMIA REGIONAL E URBANA** – Análises regionais para programas de desenvolvimento – Avaliações e acompanhamento de programas de fomento – Estudos de viabilidade econômica – Estudos setoriais de oportunidades de investimento – Estudos de localização industrial – Projetos de implantação e ampliação de empresas – Diagnósticos municipais – Planejamento espacial e econômico nos planos macro e microeconômicos – Planos diretores de desenvolvimento urbano – análises urbanas.
- **TURISMO E MEIO AMBIENTE** – Planejamento turístico macro e microeconômico – Estudos de viabilidade econômica de empreendimentos turísticos – Projetos turísticos – Estudos de impactos ambientais (Rima).

Sendo uma instituição universitária o CEDRE não tem finalidades lucrativas e opera em termos bastante acessíveis para as prefeituras municipais e as pequenas e médias empresas.

Tel.: (71) 3273-8528 / 3271-8780

E-mail: cedre@unifacs.br